

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PEDAGOGIA – GRADUAÇÃO**

**MARIA CECÍLIA RIBEIRO NUNES NASCIMENTO**

**NARRATIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS FEMINISTAS NA INTERNET:  
mídias digitais e suas implicações na educação contemporânea**

**BRASÍLIA  
2022**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PEDAGOGIA – GRADUAÇÃO**

**MARIA CECÍLIA RIBEIRO NUNES NASCIMENTO**

**NARRATIVAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS FEMINISTAS NA INTERNET:  
mídias digitais e suas implicações na educação contemporânea**

Relatório final apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a conclusão do curso de graduação.

Orientador: Alessandro Roberto de Oliveira

**BRASÍLIA  
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com  
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro Nunes Nascimento, Maria Cecilia  
RN244n      Narrativas político-pedagógicas feministas na internet:  
mídias digitais e suas implicações na educação contemporânea /  
Maria Cecília Ribeiro Nunes Nascimento; orientador Alessandro  
Roberto de Oliveira. -- Brasília, 2022.

27 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de  
Brasília, 2022.

1. Movimento Feminista. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Mídias  
Sociais. I. Roberto de Oliveira, Alessandro, orient. II.  
Título.

## **Narrativas político-pedagógicas feministas na internet: mídias sociais e suas implicações na educação contemporânea**

Maria Cecília Ribeiro Nunes Nascimento<sup>1</sup>

Alessandro Roberto de Oliveira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo disserta sobre o papel do movimento feminista nos processos educativos em ambientes virtuais. Objetiva-se, então, analisar como as narrativas desenvolvidas nas mídias sociais contribuem para a informação e formação de uma pluralidade de mulheres através do engajamento e participação ativa nas plataformas digitais. Nesse sentido, foi realizada uma etnografia virtual para tentar compreender as particularidades das redes sociais-virtuais e suas linguagens e dinâmicas de funcionamento, com o acompanhamento de três perfis na plataforma do Instagram e do projeto Universidade Livre Feminista. Os debates e reflexões nesses ambientes revelam a potência que as redes virtuais têm na atualidade, assim como podem possibilitar reivindicações, a construção de identidades e possibilitar a produção de práticas político-pedagógicas a partir das vivências nas mídias sociais que se desdobram em um ambiente colaborativo de ações educativas.

**Palavras-chave:** Movimento Feminista; Práticas Pedagógicas; Mídias Sociais; Formação e Informação.

### **Abstract**

This article discusses the role of the feminist movement in educational processes in virtual environments. The objective is, then, to analyze how the narratives developed in social media contribute to the information and formation of a plurality of women through engagement and active participation in digital platforms. In this sense, a virtual ethnography was carried out to try to understand the particularities of social-virtual networks and their languages and dynamics of operation, with the monitoring of three profiles on the Instagram platform and the project Universidade Livre Feminista. The debates and reflections in these environments reveal the power that virtual networks have today, as well as they can enable claims, the construction of identities, and enable the production of political-pedagogical practices from the experiences in social media that unfold in a collaborative environment of educational actions.

### **Keywords:**

Feminist Movement; Pedagogical Practices; Social Media; Training and Information.

---

<sup>1</sup> Estudante – Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

<sup>2</sup> Orientador.

## MEMORIAL

Neste memorial situo algumas características da minha trajetória pessoal e acadêmica que posicionam meu interesse pelo campo da educação e pelo tema deste trabalho final de curso. Sou filha de pais separados, a única da minha mãe e tenho um irmão mais velho por parte de meu pai. Desde os meus dois anos fui criada quase que exclusivamente pela minha mãe, mulher forte, trabalhadora, inteligente e uma das primeiras inspirações que tenho. Minha família materna é composta majoritariamente por mulheres que também estiveram em um lugar de referência para mim, principalmente uma das minhas tias e minha avó. Sem a ajuda delas, talvez eu não teria chegado até aqui.

A minha trajetória escolar foi marcada por muitas mudanças de escola, dificuldades de adaptação e bullying, o que impactava bastante nas minhas relações interpessoais e também por ser muito tímida. Estudei em algumas escolas privadas, mas em grande maioria em públicas, especialmente nos meus últimos anos de escolarização. Por muito tempo tive dificuldade em pensar em alguma profissão para o futuro, todavia, desde criança sempre brincava de imitar as minhas professoras. Acho que dentro de mim já existia um carinho especial pela docência. Tenho lembranças de vários dos meus professores perguntarem sobre nossas aspirações para o futuro durante o Ensino Médio e, a cada vez que perguntavam, eu mudava de opinião sobre o que queria fazer. Dentre esses professores tive uma de Língua Portuguesa que me deu aula no primeiro e terceiro ano e que me marcou bastante, mais uma vez uma mulher forte, crítica e inteligente presente na minha trajetória, sendo uma das responsáveis por me encorajar nas apresentações de seminários em sala de aula e por me fazer exercitar a fala em público com mais segurança. Lembro que sempre dizia que tudo que temos domínio executamos bem.

Após muita confusão sobre qual profissão eu gostaria de seguir, decidi que Psicologia seria o curso dos meus sonhos, contudo, após a prova do Enem realizada ao final do meu terceiro ano, fiquei desanimada e insegura em relação ao meu desempenho e, mais uma vez, essa professora de Língua Portuguesa me chamou para conversar depois do término da aula. Ela me aconselhou, falou o quanto acreditava no meu potencial e dedicação e que tinha certeza de que a vida me levaria ao lugar que eu precisaria estar.

Quando concluí o Ensino Médio, fui aprovada em Terapia Ocupacional na UnB no campus da Ceilândia. A escolha do curso deu-se por falta de nota suficiente no PAS para Psicologia, mas, como esse curso também conta com uma área voltada para saúde mental, acabei escolhendo-o. Entretanto, no início do terceiro semestre, vi que não me identificava e decidi trancar e estudar para o vestibular. No momento da escolha do curso, mais uma vez fiquei

insegura e com medo de não conseguir Psicologia e marquei Pedagogia com o intuito de tentar uma transferência depois, mas eu não imaginava o que estava por vir.

Durante toda a minha trajetória em Pedagogia fui levada a experiências inimagináveis, marcadas por professores e colegas incríveis que afetaram completamente minha forma de ver o mundo. Conhecer a área da educação de maneira mais profunda e dentro de toda sua complexidade me mostrou o quanto a docência vai muito além de ensinar conteúdos, é uma missão e um papel fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e mais humana. Posso genuinamente dizer o quanto a graduação foi importante não só para minha profissionalização, como também para me transformar em um ser humano melhor.

Logo no início da graduação conheci dois dos professores que mais me marcaram nesse percurso: Andrea Versuti, professora muito querida, crítica e inspiradora que me proporcionou muitas reflexões nessa minha jornada e o Alessandro, meu professor e orientador que tive o privilégio de trabalhar em várias disciplinas, projetos, no PIBIC, agora na conclusão do curso e que tenho bastante admiração e respeito pelo profissional e pela pessoa que é. Além disso, no meu primeiro semestre na disciplina de Antropologia e Educação, tínhamos que fazer uma atividade final de experiência etnográfica e escolhemos o projeto Mulheres Inspiradoras presente nas escolas aqui do DF e, por coincidência, encontrei minha professora de Língua Portuguesa do Ensino Médio que estava fazendo parte do projeto e tive o prazer de realizar essa atividade com ela. Tudo isso me fez pensar o que ela me falou anos atrás de que eu estaria no lugar que eu deveria estar, foi muito emocionante e é exatamente assim que eu me sinto.

Também gostaria de pontuar as experiências que tive com a disciplina de Ensino e Aprendizagem da Língua Materna, na qual durante as atividades em uma escola no Varjão fui imensamente afetada pelas crianças que conheci e que também ajudaram a construir a visão que tenho da educação e do papel do professor; e com o Programa de Iniciação Científica, que me despertou interesse pela pesquisa e me mostrou a importância dessas contribuições para a academia e para a sociedade como um todo. Com o resultado do PIBIC - Ações Afirmativas<sup>3</sup> do ano 2020/2021, fui indicada ao Prêmio Destaque de Iniciação Científica no 27º Congresso de Iniciação Científica da UnB e 18º Congresso de Iniciação Científica do DF, feito que me incentivou a continuar estudando o tema e, a partir disso, desenvolver este trabalho através das conclusões que tive somadas a novas reflexões que construí e amadureci nos últimos meses.

---

<sup>3</sup> A experiência de Iniciação Científica foi realizada no contexto do projeto “cognição e ambientes de aprendizagem: etnografias das práticas educacionais” coordenado pelo professor Alessandro âmbito da FE. O resumo do PIBIC pode ser encontrado neste link: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/27CICUnB18df/paper/view/41214>

A oportunidade de apresentar minha trajetória escolar e acadêmica neste Memorial me permitiu refletir em como, de alguma forma, a docência me escolheu. As experiências que vivi no meu percurso escolar e acadêmico me capacitaram para chegar até aqui e espero, de coração, inspirar e transformar pessoas assim como aconteceu comigo. Também não poderia deixar de referenciar o patrono da educação Paulo Freire, seus ensinamentos me acompanharam durante toda a graduação e continuarão por toda minha vida.

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Paulo Freire*

## INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea é quase indissociável a ligação entre o mundo físico e o virtual, principalmente com a facilidade de conexão proporcionada pela internet nas últimas décadas. Assim, com as novas dinâmicas de ver, ser e estar no mundo hiperconectado, as relações sociais, culturais e econômicas tomam novas formas e reconfiguram os valores, crenças e costumes vivenciados no século XXI. Essas transformações também suscitam debates no campo da educação, na medida em que cada vez mais os processos de aprendizagem não se limitam aos muros e ambientes da escola e a produção e circulação de saberes ocorre de maneira intensiva em outras esferas da sociedade, como é o caso das mídias digitais.

De acordo com Kenski (2008, p. 35), “o poder da linguagem digital [...] influencia cada vez mais a constituição de conhecimentos, valores e atitudes. Cria uma nova cultura e uma outra realidade informacional”, o que demonstra que dispomos de uma nova racionalidade acerca das experimentações e representações socioculturais. Ainda segundo a autora, as tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) “[...] não são apenas meros suportes tecnológicos. Elas têm suas próprias lógicas, suas linguagens e maneiras particulares de comunicar-se com as capacidades perceptivas, emocionais, cognitivas, intuitivas e comunicativas das pessoas” (p. 41), ou seja, elas estão cada vez mais incorporadas nos modos de existir na contemporaneidade. Além disso, esses espaços virtuais possuem uma dinâmica própria de circulação de conteúdos e informações com formatos multimídias, apropriando-se de textos, sons, movimento e imagens para construir suas narrativas. Esses mecanismos, “[...] têm-se configurado como dispositivos fundamentais na constituição da subjetividade contemporânea” (SANZ, 2018, p. 81), que “[...] é aqui pensada como dispositivo de nossa atual experiência: atravessa um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, saberes, enunciados, proposições morais” (SANZ, 2018, p. 99). Essas representações digitais constroem novos significados, valores e repertórios para os sujeitos contemporâneos, que impactam diferentes aspectos no seu modo de vivenciar a realidade.

Dessa forma, com a diversificação de canais de comunicação digital, a disseminação de informações e conteúdos oferece grande potencial para ressignificar as relações sociais e se transforma em espaços relevantes também para manifestações ativistas e lutas políticas, uma vez que “o ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona)” (LÉVY, 1999, p.49). Nesse fluxo de transformações, o movimento feminista vem alcançando números cada vez maiores de pessoas, sobretudo mulheres, e impulsionam debates sobre desigualdades de gênero, étnico-raciais, socioeconômicas, no mundo do trabalho, na



política, entre outros. Essa visibilidade repercute para além das mídias e se desloca para o mundo de convivência direta propondo mudanças estruturais na sociedade e nos processos educativos.

Por outro lado, vale enfatizar que as mídias sociais possuem como características o processamento automático, rápido, preciso e em grande escala que, segundo Lévy (1999, p.52), “nenhum outro processo a não ser o processamento digital reúne, ao mesmo tempo, essas quatro qualidades”. À vista disso, é uma particularidade do mundo virtual a buscabilidade e replicabilidade em grande escala, bem como a instantaneidade e o alcance de números antes inimagináveis de pessoas simultaneamente, o que por um ponto de vista pode resultar na desterritorialização e democratização de saberes e conhecimentos e por outro ocasionar a fragmentação dessas informações e comprometer sua veracidade. Essas ambiguidades se dão pelo fato de estarmos “[...] enredados nas informações de uma sociedade que nos bombardeia de novidades a todo instante [...]” (MUNHOZ, et. al., 2013, p. 8), e, diante disso, em uma realidade mediada por telas que competem o tempo todo pela atenção, é urgente que se reflita sobre o papel da educação nesse contexto de interatividade por meio das mídias, visibilidade e circulação veloz e instantânea de conhecimentos e informação.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar uma compreensão sobre como esses meios digitais podem contribuir para ampliar o entendimento dos movimentos feministas dentro e fora da internet, por meio de uma análise qualitativa das vivências e trocas de experiências por feministas e adeptas ao movimento nas redes. Busco refletir criticamente sobre como podem ser convertidos em ambientes virtuais de aprendizagem inovadores que trazem novos significados para a educação contemporânea. Para este trabalho, a aprendizagem é encarada como processo de trocas e compreensão da estrutura social vigente sob uma perspectiva feminista, que a partir de casos reais e do compartilhamento de vivências coletivas problematizam essas experiências e contribuem para a construção de novos saberes que podem ampliar o repertório das/dos ouvintes e colaborar com seus processos educativos.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O presente trabalho desenvolve-se baseado na interlocução entre as áreas da Educação e da Antropologia, mais especificamente a Antropologia das Mídias que “[...] diz respeito às condições culturais de produção e uso que as pessoas fazem dos produtos midiáticos [...]” (CAMPANELLA; MARTINELLI, 2010, p. 13-14). A presença de narrativas político-

pedagógicas de caráter feminista na internet é uma resultante de diversos movimentos de organização e luta política por parte de mulheres em diferentes lugares e momentos, logo, antes de adentrar o universo digital busquei sistematizar brevemente alguns ciclos históricos dos movimentos feministas a partir de uma busca bibliográfica. Este levantamento não pretendeu dar conta de toda a produção relevante sobre o tema, mas buscar elementos para compor minimamente um quadro histórico dessas lutas e conquistas feministas. Considerando as particularidades do objeto de investigação propriamente dito, isto é, as narrativas político pedagógicas feministas nas mídias sociais, realizei uma etnografia virtual ou netnografia, um tipo de “[...] pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online [...]” (KONIZETS, 2014, p. 61-62). Este tipo de metodologia se faz cada vez mais emergente na atualidade por vivenciamos um mundo hiperconectado e presente em “[...] ambientes virtuais que não podem mais ser tratados como “não-lugares” e menos ainda de forma dicotômica, opondo-se o virtual ao “real” [...]” (POLIVANOV, 2013, p. 14).

A partir desta orientação teórico-metodológica, em um primeiro momento, fiz um curso online chamado “Feminismos: algumas verdades inconvenientes”, ofertado através de uma plataforma da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS<sup>4</sup>. Este curso foi realizado de forma assíncrona, o que propicia a cursista administrar seu próprio horário de estudo, sendo dividido em: 1. Educação em Direitos Humanos; 2. Históricos e histórias dos feminismos; 3. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; 4. Feminismos negros; 5. Feminismos trans; 5. Diversidade de gênero e orientação sexual; 6. Mulheres nas ciências; 7. Mulheres no mundo dos negócios; 8. Mulheres na política; 9. Feminismo e história da arte; 10. Carreira e família. Cada módulo direcionava a videoaulas ministradas por professoras da universidade, a uma lista de bibliografias complementares e a um podcast sobre o assunto estudado.

Apesar de não possibilitar o contato direto entre sujeitos, essa é uma alternativa inclusiva, pois possibilita o acesso a conhecimentos e a profissionais do espaço acadêmico, convencionalmente restrito a uma pequena parcela da população. Além disso, iniciativas como essa contribuem para os processos formativos de mulheres, inclusive o meu, de diferentes idades, formações e regiões do país. Através dessa experiência conheci a Universidade Livre Feminista<sup>5</sup>, que se descreve como

[...] um projeto feminista, construído de forma coletiva e colaborativa, cujo objetivo é congrega, catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, antirracista e anticapitalista. Através da Universidade Livre pretendemos promover a reflexão e a troca de ideias, vivências e

---

<sup>4</sup> Site do curso Feminismos: algumas verdades inconvenientes <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=183>

<sup>5</sup> Site da Universidade Livre Feminista <https://feminismo.org.br/>

experiências entre mulheres de diferentes identidades e campos de atuação (político, artístico, cultural, acadêmico, comunitário), assim como com outros grupos indivíduos. (Disponível em: <https://feminismo.org.br/sobre-a-ulf/>)

Este é um projeto que se apresenta como uma pedagogia feminista popular, promovendo conferências, cursos online e ações para além do espaço digital, estendendo-se também para o presencial. Em seu perfil no Instagram<sup>6</sup>, a Universidade aponta que está em constante processo de autorreflexão sobre suas práxis feministas e procura ações e respostas para as questões que movem suas vivências. Durante as visitas ao site, observei tópicos publicados como: o que é a universidade, quais seus objetivos, quais os cursos ministrados; até chegar ao item denominado “Campanha feminismo com quem tá chegando”, que consiste em oito páginas com diferentes títulos que dão acesso a um drive com materiais de estudo, incluindo leituras complementares.

Além de acompanhar este projeto pedagógico estruturado, um dos interesses da pesquisa foi rastrear ambientes virtuais em que as relações de aprendizagem ocorressem de maneira mais fluida e menos formalizada entre quem pretensamente “ensina” e quem “aprende”. Assim, delimito o Instagram como campo principal de pesquisa, criando um perfil específico separado do meu perfil pessoal. Embora o foco tenha sido direcionado ao Instagram, não ignorei o Twitter e suas movimentações porque muitas questões que geram engajamento acontecem entre as duas redes ou com implicações mútuas. Optei por acompanhar perfis que possuem dinâmica coletiva de debate com e para a multiplicidades de vozes femininas. Assim, selecionei 3 perfis principais: @feminiismo, @feminista.uma e @todasfridasoficial, embora eventualmente tenham sido consultados também outros perfis que tiveram conteúdos de relevância para os objetivos deste trabalho. Estes perfis trazem ao debate conteúdos sobre feminismos, gênero, relações étnico-raciais, questionam padrões estéticos, falam sobre maternidade, violências e abusos sofridos por mulheres, saúde e direitos reprodutivos, trabalho, política, entre outros, disponibilizados em posts no feed, stories e destaques (ferramentas próprias de publicação da plataforma), além de recomendações de leituras, autoras, séries, filmes e documentários que materializam os processos educativos. Eles contam, ainda, com um público entre 140 mil e quase 1 milhão de seguidores que se engajam e acompanham ativamente as publicações.

Essa disposição de perfis feministas no Instagram, acompanhado do alcance que cada um tem, revela a plataforma como um espaço de informação e de formação. A linguagem geral é acessível, as postagens são consistentes e estabelecem diálogos com o público-alvo. Dessa

---

<sup>6</sup> Perfil da Universidade Livre Feminista no Instagram (@ulivrefeminista)  
<https://www.instagram.com/ulivrefeminista/>

forma, não são eventuais publicações com frases soltas, eis que muitas delas contêm textos na descrição e abrem espaço para debates nos comentários. As vozes de quem os seguem também são ouvidas e algumas vezes publicadas como forma de relatos, objetivando alcançar outras mulheres, compartilhar vivências, proporcionar experiências e o fato de estarmos sempre conectados quase que em tempo integral facilita essas interações. Esses perfis promovem lives, webnários e minicursos, e nesses formatos o caráter formativo é mais evidente. Essas dinâmicas permitem o acesso a muitas mulheres e meninas que talvez não o tenham em outros ambientes.

Durante a observação participante, também foi possível notar a presença de reivindicações políticas que dispõem de um propósito de corporificar essas lutas na realidade e no cotidiano feminino para além do mundo virtual. Com isso, formam-se as narrativas ativistas e feministas que antecedem e ultrapassam as postagens no Instagram, constituindo-se como um movimento coletivo, político, histórico e cultural que empodera mulheres e democratiza saberes e conhecimentos. Nessa perspectiva, é possível notar como vão se construindo os processos formativos dessas mulheres que se intensificam ou desenvolvem na internet.

Considerando esses fluxos como processos formativos, me ocupei em aprofundar minhas observações nos perfis selecionados no Instagram como campo de pesquisa a fim de compreender suas dinâmicas de publicações, suas linguagens, as temáticas mais relevantes e com maior alcance e engajamento situado a partir de um evento específico.

Na próxima seção, revisito marcos decisivos que perpassam por lutas em diferentes espaços até chegar às ocupações na internet acima referidas. Em seguida, abordo alguns resultados desse percurso metodológico situado entre os meses de maio a julho de 2022.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE AS ONDAS FEMINISTAS**

O movimento feminista não se reduz apenas a insatisfações do cotidiano de mulheres, mas se constrói como um movimento histórico, político, econômico e sociocultural, que “[...] em seu início, enquanto movimento, envolve diversas manifestações responsáveis pela luta das mulheres por igualdade entre homens e mulheres, bem como pela concessão de direitos, principalmente pelo acesso aos espaços de decisões políticas” (MONTEIRO e GRUBBA, 2017, p. 263). Dada a sua complexidade, as reflexões acerca da temática desdobram-se em narrativas críticas-transformativas que, ao longo do tempo, ultrapassam as esferas individuais para atender as necessidades coletivas, objetivando romper com a lógica perversa de dominação e silenciamento com a finalidade de libertação e conquista de seus direitos políticos e sociais.

Monteiro e Grubba (2017, p. 264) trazem um panorama geral dos períodos em que as chamadas ondas feministas aconteceram, apontando que “[...] a primeira onda feminista ocorreu entre o final do século XIX e o começo do século XX; a segunda onda, entre os anos de 1960 e 1980; e a terceira onda, entre os anos de 1990 a 2000”. Todavia, é preciso compreender que elas não se constituíram de forma linear e tampouco necessariamente um evento culminou em outro. Do contrário, ao redor do mundo o desenvolvimento dessas ondas atenderam às especificidades e as demandas que faziam sentido ao seu contexto histórico, político e cultural e as conquistas desses movimentos não foram vivenciadas ao mesmo tempo em todos os países, visto que, muitos de seus desdobramentos transformaram as dinâmicas de organização social experienciada por mulheres em determinados locais ao longo dos anos, marcados tanto por avanços quanto por retrocessos, enquanto em outros só foi acontecer recentemente ou nem isso. Também é importante salientar que esses eventos de reivindicações não ocorreram de forma amena dado que, conforme apontado por Siqueira e Bussinguer (2020, p. 146), “[...] este é um processo lento e gradativo, uma vez que mudanças não ocorrem suavemente e sem consequências. Elas são sentidas fortemente, marcando os envolvidos de forma muitas vezes drástica, já que poder e espaço não são cedidos sem resistência e luta”. Além disso, também vale ressaltar que o objetivo posto aqui é trazer um breve histórico com acontecimentos pontuais que marcaram essas ondas e não desenhar todos os eventos ocorridos ao longo dos anos.

A utilização da nomenclatura “ondas feministas” é apresentada por Siqueira e Bussinguer (2020, p.147) com uma finalidade didática e explicativa, assim como Massa (2019, p. 60) se apropria do termo para “[...] situar na linha do tempo as reivindicações e conquistas alcançadas pelas mulheres [...]” já que, ainda segundo a autora, esses “[...] momentos históricos, ou estas “ondas”, são importantes para demonstrar e justificar as pautas feministas existentes nas diferentes fases do movimento”. Desse modo, resgatar e esboçar como esses acontecimentos se desenvolvem ao longo da história oportuniza um maior entendimento da configuração dos movimentos feministas nos dias atuais e, assim, trazendo um panorama prático e geral, pode-se considerar que

[...] a primeira relaciona-se com os direitos civis como voto, educação e até mesmo direito ao trabalho; a segunda está mais focada nos direitos reprodutivos e na sexualidade; a terceira está ligada ao pós-estruturalismo e a quarta tem suas raízes na difusão do tema dentro das redes sociais. (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020, p.148)

A chamada primeira onda feminista teve grande importância no Reino Unido, espalhando-se para outras localidades em um contexto elitista de reivindicações de mulheres brancas de classes privilegiadas, a evidenciar as diferentes demandas femininas já que, nesse

mesmo período, mulheres negras vivenciavam condições subalternas de exploração e escravidão em muitos países, como por exemplo nos Estados Unidos e no Brasil. Essa primeira onda foi marcada especialmente pelo sufrágio, conforme exposto no trecho

[...] a primeira onda do feminismo começa a surgir buscando direitos iguais entre homens e mulheres, sendo o sufrágio feminino um dos principais objetivos da mobilização à época e tendo sido alcançado pela primeira vez em 1893, na Nova Zelândia. As seguintes décadas trouxeram a conquista também para outros países [...]. (SOUZA, 2015, p.15)

Por ora, o direito ao voto não se consolidou de maneira homogênea e estável nas diferentes regiões, tampouco todas as demandas postuladas foram concluídas com o fim dessa primeira onda. No Brasil, por exemplo, só se efetivou em 1932 e, “em 1934, esse direito foi posto em prática durante o governo de Getúlio Vargas, o qual não tardou em transformar-se em ditadura, anulando efetivamente essa conquista” (SOUZA, 2015, p.15).

Após os desdobramentos desse primeiro movimento, novas narrativas começavam a se desenhar, especialmente após a publicação de um livro que “[...] marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: ‘não se nasce mulher, torna-se mulher’” (PINTO, 2010, p.16). Nesse contexto, se estabelece a segunda onda feminista questionando também outras áreas, como as relacionadas a sexualidade, reprodução e a vida privada, se constituindo “enquanto movimento contestatório em torno principalmente da afirmativa de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político” (GREGORI, 2017, p.57). Nessa lógica, começa a se considerar o dia a dia de mulheres e seus papéis, refletindo acerca de seus direitos civis e engajando na luta por suas ocupações em todos os âmbitos. Assim, “essa época também incorpora questões diretas sobre a divisão sexual do trabalho e sobre o papel tradicional da mulher na família e na sociedade como um todo” (GREGORI, 2017, p.57). Ademais, vale destacar duas entre inúmeras autoras que foram muito importantes para o momento em questão e, sobretudo, ainda são para os dias atuais. Uma delas é a estadunidense Angela Davis, autora de *Mulheres, raça e classe*, que trouxe outras perspectivas de opressão que atravessam os corpos das mulheres, como as questões referentes a raça e classe; a segunda, no Brasil, é Lélia Gonzalez que abordava as práticas excludentes com recortes raciais, sexistas e de gênero conforme o trecho

No seu pensamento, racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas. (CARDOSO, 2014, p.974)

Em consonância disso, dialogar sobre outras opressões para além do gênero colaborou com o esboço do que mais adiante passou a ser conhecido como interseccionalidade. Nessa lógica, Piscitelli indica que “[...] interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento” (2008, p. 267). Essa definição foi formulada pela pensadora Kimberlé Crenshaw, embora “[...] a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) é bem anterior [...]” (Henning 2015, p.102). Em concordância, outra definição que se aplica ao termo é a proposta por Souza (2015) que indica que

[...] o feminismo é plural, jamais podendo ser um só, visto que as mulheres são diferentes entre si e sofrem opressões diferentes baseadas em categorias sociais como cor, etnia, sexualidade, classe, capacidades físicas e/ou mentais etc., e não somente seu gênero. Os tipos de opressões e desigualdades se cruzam e geram interseções. (SOUZA, 2015, p. 12)

No Brasil, a segunda onda feminista desdobra-se no período da ditadura militar. Apesar da dificuldade em promover manifestações políticas e dos ataques à liberdade de expressão, grupos feministas organizavam-se produzindo feitos significativos para a época, inclusive no que diz respeito ao feminismo negro, que “começou a ganhar visibilidade e lutava para que as mulheres negras fossem sujeito político visível e singularizado em suas demandas [...]” (SOUZA, 2015, p. 18). Para mais,

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas -violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais [...]. (PINTO, 2010, p. 17)

Apesar de a primeira e a segunda onda marcarem expressivos avanços nas lutas feministas, as reivindicações não se findaram, assim como os sistemas de opressão e exploração não foram superados e, dessa forma, a terceira onda surge na década de 90 para resgatar os debates e contribuições anteriores e para fomentar novas discussões e inquietações. À vista disso, as pautas feministas foram se tornando ainda mais complexas, acarretando em discursos sobre gênero, como trabalhado por Judith Butler em seu livro *Problemas de gênero*, e sobre questões interseccionais. Demais disso, as tecnologias e a democratização do acesso aos meios digitais de informação e comunicação também impulsionaram a dialogicidade e a pluralidade de vozes e narrativas. Assim, a maior aderência de mulheres nas TIC's ajudou a potencializar as lutas e a descolonizar o feminismo, colaborando com uma nova produção de sentidos e compreendendo as nuances e diferenças que constituem as mulheres enquanto sujeito histórico

e político. Essa inclusão “[...] se tornou, na verdade, uma auto inclusão, já que elas podiam criar conteúdos e compartilhá-los sem precisar que sua produção passasse por uma avaliação prévia [...]”, e mais, “as mulheres criam seus próprios blogs, seus próprios perfis em redes sociais e publicam neles o que quer que produzam. [...]” (SOUZA, 2015, p. 21). Por consequência, milhares de outras mulheres podem ter acesso a essas publicações, que viabilizam uma rede de troca de conhecimentos que atenda a multiplicidade de existências, configurando suas narrativas político-pedagógicas.

### **CASOS REAIS E MOBILIZAÇÕES VIRTUAIS: existe aprendizagem no mundo digital?**

Durante a experiência do trabalho de campo realizado no período do PIBIC, alguns casos mobilizaram e repercutiram nas mídias sociais. Um deles foi o da influenciadora digital e esposa do cantor Dj Ivis que publicou em seu perfil do Instagram agressões físicas que sofria do companheiro. A partir disso, o perfil @feminiismo<sup>7</sup> fez um “desabafo” sobre o quão pavoroso foi o cantor ganhar seguidores após os vídeos das agressões e fez cobranças às plataformas para bloquearem sua conta. Na época o post contou com mais de 50.000 curtidas e mais de 600 comentários, principalmente de mulheres, que expressaram indignação e incentivaram denúncias ao perfil do agressor. O @feminista.uma<sup>8</sup> também publicou posts falando sobre o caso, sobretudo da importância de ajudar mulheres vítimas de violência, disponibilizando números para denúncia e em uma das publicações obteve alcance de mais de 1.500 curtidas e quase 800 comentários. Já o @todasfridasoficial<sup>9</sup> se manifestou sobre o caso com posts com mais de 40.000 curtidas e mais de 300 comentários.

Outro caso foi o vídeo publicado pelo cantor Wesley Safadão em que aparecia um pastor, seu amigo, abraçando uma criança por trás que demonstrava desconforto com a situação. No perfil @feminiismo a administradora publicou um “reels” (ferramenta de vídeos do Instagram) conversando com seu filho sobre quais partes do corpo não podem ser tocadas e o que ele deve fazer caso aconteça, o que exemplifica a importância de educarmos as crianças nesse sentido. O post contou com mais de 82.000 curtidas e mais de 400 comentários, em sua maioria de mulheres que apoiavam a iniciativa e expuseram relatos pessoais. Além disso, o perfil publicou uma sequência de posts de uma psicóloga que problematizava o caso e

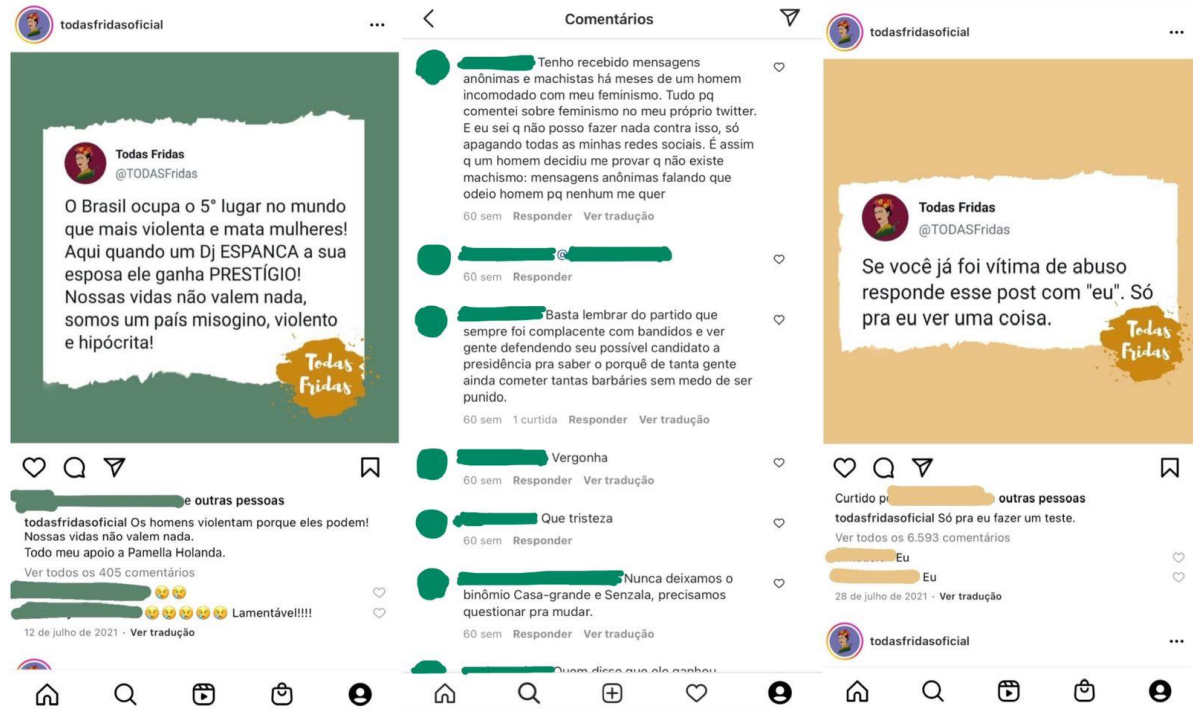
<sup>7</sup> Perfil @feminiismo no Instagram: <https://www.instagram.com/feminiismo/>

<sup>8</sup> Perfil @feminista.uma no Instagram: <https://www.instagram.com/feminista.uma/>

<sup>9</sup> Perfil @todasfridasoficial no Instagram: <https://www.instagram.com/todasfridasoficial/>



convidava as espectadoras para uma live em seu Instagram para debater sobre o tema. Mais uma vez a publicação teve grande engajamento com quase 60.000 curtidas e mais de 500 comentários.



Imagens retiradas dos perfis @todasfridasoficial e @feminiismo durante a pesquisa de campo do PIBIC.

Estes episódios causaram comoção nas redes e fomentaram discussões com alcance significativo ao abordar temas como relacionamentos abusivos, violência, educação sexual para crianças e o papel do feminismo frente a essas questões ao apontar a influência do machismo que ao longo da história contribuiu para que mulheres fossem subalternizadas, violentadas, silenciadas e que continua a reverberar atualmente. Assim, observamos que o engajamento e as trocas entre essa rede de mulheres configuram ambientes virtuais de aprendizado.

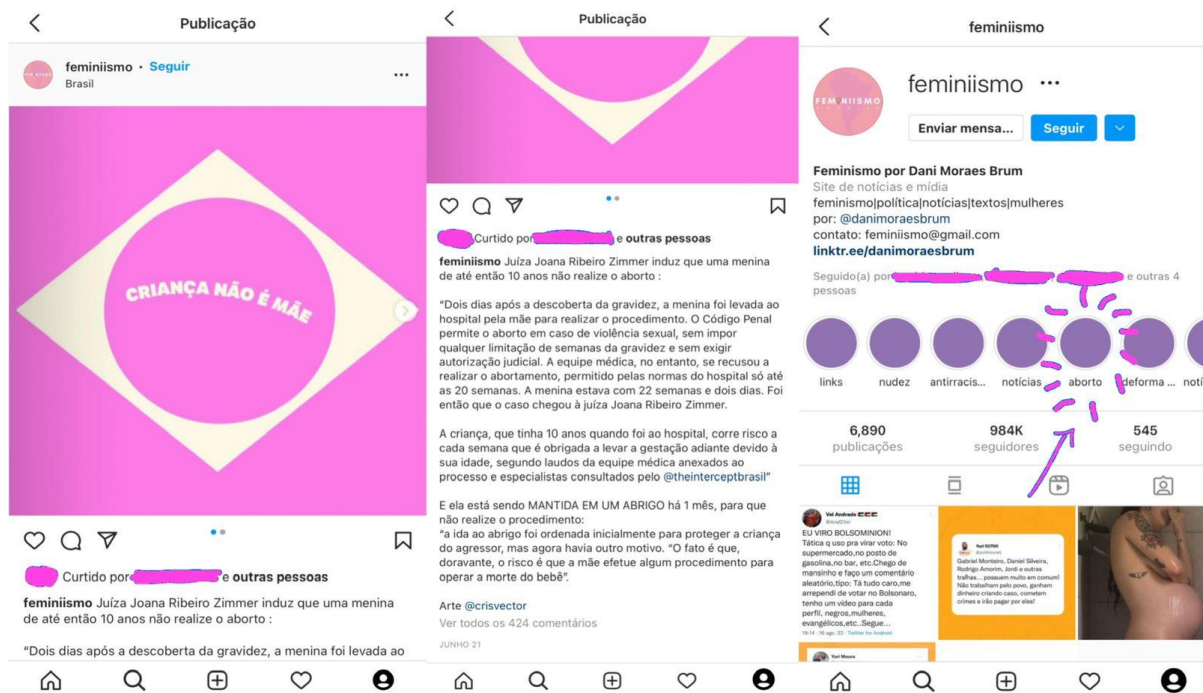
Depois desta primeira imersão de pesquisa, realizei uma segunda etapa de trabalho de campo e observei novos casos que sensibilizaram o público das redes sociais/virtuais. O mês de maio iniciou-se com um debate de extrema importância sobre a comunidade Yanomami após a divulgação de que uma menina de 12 anos havia falecido depois de ser estuprada por garimpeiros que exploravam a região e o lugar foi encontrado vazio e completamente queimado. Diversas personalidades da mídia e os perfis aqui analisados manifestaram-se sobre o caso de repercussão nacional. A hashtag #cadeosyanomami foi utilizada em quase 3.500 publicações no Instagram e o perfil @feminiismo também utilizou de seu espaço de visibilidade de quase 1 milhão de seguidores para promover o debate, o que revela o caráter interseccional do

feminismo que deve representar todas as mulheres de diferentes etnias e experiências socioculturais. Além disso, refletir sobre a realidade indígena é emergente para a área da educação, seja dentro ou fora das escolas, uma vez que a conscientização sobre quem são e o que acontece com os povos indígenas deve chegar em toda a sociedade, e seus direitos precisam ser resguardados e garantidos. A internet pode ser usada como um instrumento em potencial para ter acesso a essas discussões.



Imagens retiradas do perfil @feminiismo. Neste caso, não há o registro do número de curtidas devido a nova atualização da plataforma do Instagram que tornou possível ao dono da conta ocultá-las.

Em junho um novo caso repercutiu nas mídias sociais após uma menina de 10 anos, vítima de violência sexual, ser impedida de realizar a interrupção da gravidez por uma juíza em Santa Catarina. O perfil @feminiismo manifestou-se sobre o caso e expôs sua indignação. Em uma de suas publicações, que teve mais de 1200 comentários de seguidoras também apontando seu repúdio, dissertou sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a importância do feminismo frente a essas questões. Em um outro post com a frase “criança não é mãe”, teve mais de 400 comentários de interação do público e na ferramenta de “destaques” em seu perfil abordou a temática aborto com um viés político e sociocultural sobre o assunto. Já o perfil @todasfridasoficial contou com quase 500 comentários ao publicar sobre o caso.



Imagens retiradas do perfil @femiinismo.

O terceiro episódio observado que gerou comoção nas mídias foi o da promotora agredida por um colega de trabalho em São Paulo, também problematizado pelo perfil @femiinismo que apontou a insegurança feminina em um país em que os números de violência doméstica e de gênero são alarmantes. Nestes três episódios há em comum a violência de gênero que marca a realidade brasileira.

Segundo dados publicados no link “Dados sobre feminicídio no Brasil- Artigo 19” no site do Conselho Nacional do Ministério Público<sup>10</sup>, a taxa de feminicídio no Brasil em 2015 alcançou a lamentável marca de 5ª maior do mundo, cerca de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. O documento também expõe que, no ano de 2013, ocorreu 1 feminicídio a cada 90 minutos e, em 2010, foram registrados 5 espancamentos a cada 2 minutos. Para mais, é apresentado um recorte interseccional dos dados. De acordo com o Balanço do Ligue 180 de 2015, as mulheres negras são quase 60% das vítimas de violência doméstica e, conforme o Ministério da Justiça nesse mesmo ano, elas são 68,8% das mulheres mortas por agressão. Além desses indicadores de raça, há também uma filtragem de gênero ao apontar que, conforme o relatório da organização Transgender Europe de 2016, 868 pessoas transgêneros foram assassinadas entre 2008 e 2016, o que faz do Brasil um dos países que mais violenta e mata essa população. Esse aparato de dados demonstra a emergência e a importância do debate sobre

<sup>10</sup> Site do Conselho Nacional do Ministério Público  
<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/enasp/cadastro-de-feminicidio>

o assunto, principalmente sob concepções feministas que atuam para alcançar, conscientizar e educar mulheres nesse sentido, respaldadas na Lei do feminicídio (Lei 13.104/2015), na Lei Maria da Penha (11.340/2006) que completou 15 anos em 2021 e em suas concepções teórico-metodológicas.

Sob outra perspectiva, durante as observações e acompanhamento das publicações no Instagram percebi a presença de uma parcela de mulheres contrárias ao movimento nos comentários, se manifestando desfavoráveis as pautas levantadas a partir das discussões e dos casos apresentados. Apesar desse comportamento ser minoritário, também se caracteriza como parte do debate. Diante de uma concepção na qual todas as mulheres, sem distinção, são público alvo dos feminismos, por qual razão estas não se percebem como parte do movimento? É interessante refletir sobre a percepção que muitas vezes as pessoas, inclusive as próprias mulheres, têm do feminismo como algo negativo e como isso afeta a expansão desses conhecimentos que são primordiais para o reconhecimento das trajetórias femininas e das contradições que atravessam nossas existências. Conseqüentemente, em uma sociedade patriarcal e misógina é indispensável que essas discussões estejam disponíveis para todas e alcance cada vez mais novas aliadas, posto que “feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. Assim como a todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação” (HOOKS, 2018, p. 23). Logo, é preciso entender que em diversos aspectos temos demandas comuns e ao estimular essa rede coletiva contribui-se para a emancipação, proteção e fortalecimento dos nossos direitos ao mesmo tempo que provoca mudanças estruturais na sociedade.

Outra postura verificada foi a dos homens perante os conteúdos levantados na plataforma. Percebi a participação de alguns deles entre o público que segue os perfis e nos comentários, com argumentos contra e a favor das publicações. A autora bell hooks (2018) destaca que por muito tempo existiu a ideia de que mulheres feministas odiavam os homens ou eram “anti-homem” e isso se fundamentava como uma forma de descredibilizar o feminismo. Esse imaginário ainda está enraizado em uma boa parcela da sociedade e dificulta o reconhecimento masculino como parte do processo e resulta no seu afastamento e indisponibilidade para as aprendizagens nesse sentido. Nos comentários das publicações notei distintos pontos de vista, por um lado de homens que entendem a importância e a legitimidade do movimento e se enxergam dentro desse contexto e por outro percebendo-se distantes e

alheios a esse sistema. Fatos que exemplificam essas duas perspectivas são argumentos, principalmente em relatos de violência e abuso, como

*“Acabei de postar tentando entender porque nós homens não falamos sobre isso... Nas timelines femininas só se fala disso... mas são quase nenhum os homens que se posiciona. E isso é péssimo”*; (abordagem sobre o caso de abuso a uma paciente em trabalho de parto por um anestesista)

*“[...] não vejo homens chorando tanto quando algo semelhante acontece com eles [...] esses casos de violência acontecem com homens tanto quanto com mulheres”*;

*“[...] o patriarcado é a figura onde o homem de verdade protege a família... morre e mata por ela”*;

*“[...] feministas aproveitam todo tipo de situação para dizer que todos os homens devem cair e elas serem elevadas acima [...]”*.

Esses apontamentos demonstram o quanto ainda permanece a polarização entre homens e mulheres, colocando-os em condições antagônicas sem problematizar essas relações. Sabemos que as experiências vivenciadas pelos dois lados são diferentes e que homens sempre estiveram em uma posição privilegiada em relação às mulheres, exercendo poder e dominação. Por outro lado, é preciso assimilar que para romper com esses padrões hierárquicos e desiguais precisa-se da figura masculina nesses debates, uma vez que também estão envoltos nessa lógica machista e perversa. Ainda,

[...] pensadoras feministas começaram a falar sobre como o patriarcado era prejudicial para os homens. Sem alterar nossa crítica feroz à dominação masculina, políticas feministas foram expandidas para incluir o reconhecimento de que o patriarcado tirou certos direitos dos homens, impondo neles uma identidade masculina sexista. (HOOKS, 2018, p. 80)

Desse modo, incluir os homens na discussão sobre feminismos pode apresentar potencial para refletir sobre machismo, misoginia, exploração, violência, dominação, masculinidade tóxica e muitos outros assuntos que fazem parte de imaginários e práticas presentes na sociedade, potencializando a luta feminista nos diferentes espaços. Bell hooks (2018) disserta que o feminismo é para todo mundo e para mudar essa realidade “[...] homens devem criticar e desafiar a dominação masculina sobre o planeta, sobre homens menos poderosos e sobre mulheres e crianças” (p. 81). Com essa cooperação é possível avançar para mudanças significativas na sociedade, ainda que estejamos distantes do que seria ideal em relação a igualdade de gênero.

Também no mês de junho a Universidade Livre Feminista iniciou o Ciclo de Webnários *Umás com as outras: trocando ideia sobre feminismo e democracia*, que ocorreu entre os meses de junho a agosto, com o intuito de conversar sobre o atual cenário político

“[...] a partir de leituras feministas sobre o cenário, buscando trazer para as nossas reflexões sobre a conjuntura política, a forma como as teóricas e os movimentos feministas vem discutindo a democracia representativa, o Estado e o contexto brasileiro nos últimos anos, principalmente diante da avalanche conservadora que estamos vivendo.” (Disponível em: <https://feminismo.org.br/ciclo-de-webnarios-umas-com-as-outras-trocando-ideias-sobre-feminismo-e-democracia/21039/>)

Este ciclo foi dividido em três encontros com as temáticas: feminismos e eleições; leituras feministas sobre as pesquisas eleitorais; e raiva, medo e outros sentimentos em tempos de eleições. O projeto *Meu voto é feminista*, denominado como uma “ocupação do poder por mulheres plurais”, é apresentado nos webnários com a presença de mulheres negras, indígenas, LBT’s, de diferentes idades, corpos e regiões do país. Dessa forma, são discutidos o financiamento de campanhas para mulheres, estratégias para a visibilidade e participação, questões com recortes raciais, educação sexual e de gênero, propostas e benefícios de governo, insegurança nos momentos atuais, entre outros. Trazer essa temática de mulheres e a política é fundamental para compreender o cenário político e suas implicações no que diz respeito às nossas vivências, nossos direitos e formas de existência e resistência, além de incentivar o exercício da cidadania, um dos objetivos da educação formal. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>11</sup>, até junho de 2022 as mulheres são a maioria do eleitorado, com a estatística de 82.373.164 enquanto os homens são 74.044.065, incluídas, para ambos os casos, as faixas etárias que não são obrigadas a votar, nos termos do artigo 14, § 1º, da Constituição Federal<sup>12</sup>.

Em julho mais um caso de violência contra a mulher mobilizou as mídias digitais. Um médico anestesista abusou sexualmente de uma paciente durante o trabalho de parto. Os perfis @feminiismo, @feminista.uma e @todasfridasoficial fizeram publicações sobre o ocorrido, novamente apontando suas indignações e repúdio com apoio de centenas de pessoas, especialmente mulheres, em seus comentários. Mais uma vez estes debates levantaram o tema de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e sua fragilidade em uma sociedade misógina e

---

<sup>11</sup> Site do Tribunal Superior Eleitoral  
<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticasdeeleitorado/estatisticadoeleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

<sup>12</sup> Site com o PDF da Constituição Federal  
[https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC%20125.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20125.pdf)



machista, o que trouxe uma fundamentação baseada em estudiosas e em conhecimentos já construídos na área.

Apesar da instantaneidade e da eventualidade dessas informações que movimentam as redes e são substituídas por outras pautas, seguindo a lógica em que as mídias operam, essas práticas revelam caráter informativo e formativo, por possuírem a intencionalidade de envolver seus espectadores nessas inúmeras discussões e levantar debates baseados em conhecimentos concretos que ultrapassam o senso comum, apropriando-se de notícias reais, autoras, estudos e saberes formais que colaboram para a construção de narrativas político-pedagógicas de uma rede de mulheres que acompanham esses perfis e projetos. A Universidade Livre Feminista assume um caráter mais permanente e com uma devolutiva direta dessas trocas de saberes. Essas provocações nos incentivam a repensar nossas práticas pedagógicas para além do ensinar, mas em como esses conhecimentos chegam às aprendizes do outro lado da tela e em como contribuem para a construção de seus saberes e trajetórias educativas e feministas, assim como essas articulações contribuem para uma educação para além do ambiente virtual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo dessa experiência de pesquisa procurei abordar a interseção entre feminismos e educação pela via das mídias digitais. Nesse percurso abordei basicamente dois formatos de interações, uma experiência de formação estruturada (Universidade Livre Feminista) e as atividades mobilizadas por perfis de uma plataforma das redes vituais/sociais. Considerando a internet como um espaço multifacetado de movimentação contínua de informações e de comunicação, Boyd (2011) identifica quatro características básicas do mundo virtual: persistência, buscabilidade, replicabilidade e escalabilidade. Essa dinâmica de funcionamento permite a difusão instantânea de conteúdos com alcance inesperado de pessoas que estão sempre buscando conteúdos, o que revela a potência dessas redes na atualidade.

As experiências mediadas pela internet já fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas que se comunicam, se informam, expressam, consomem, produzem e aprendem, assim, “[...] essas mediações já nos encaminham para a compreensão de que é muito difícil pensar que as atividades de ensino-aprendizagem possam ocorrer exclusivamente em ambientes presenciais” (KENSKI, 2008, p.97).

Por outro lado, não se trata de encarar a internet de forma romantizada como uma tecnologia neutra e ingênua, já que existem discussões sobre a privacidade e uso dos dados dos

usuários, é um território de disputa de poderes, possui a intencionalidade de prender a atenção e tomar parte do tempo e, em vista disso, na mesma medida em que ela nos serve, sujeitamos a ela. Cesarino (2021) estabelece que

“o que o novo ambiente cibernético faz não é e nem pode ser controlar diretamente os usuários, mas eles alteram profundamente, e de formas imprevisíveis, as mediações sociotécnicas por meio das quais as próprias pessoas e sociedades se fazem, propiciando novas “ressonâncias” entre forças, políticas e epistêmicas.” (p. 305)

Todavia, a autora focaliza que essa reciprocidade não necessariamente resulta em simetria, em virtude de estarmos submetidos pela plataformização que produz dicotomias nas relações estabelecidas nas mídias, sendo elas “[...] indivíduo e coletivo; público e privado; liberdade e controle; fato e ficção; empiria e teoria, autenticidade e manipulação” (CESARINO, 2021, p. 312).

Além disso, “a velocidade com que a sociedade de produção exige o conhecimento pronto, acabado e com resultados imediatos, nem sempre permite o tempo para estudos aprofundados de leitura, intervenções a campo e possibilidade de erros e acertos” (MUNHOZ, et. al., 2013, p. 9), o que pode dificultar a imersão nos conteúdos e conhecimentos que estão disponíveis nas redes, principalmente diante de uma cultura digital enviesada pelo imediatismo e pela circulação constante de informações que são incessantemente substituídas por outras, ecoando um ciclo inesgotável. Trata-se, então, de considerá-la sob uma perspectiva crítica e reflexiva que, se utilizada de modo planejado, possibilita a circulação de conhecimentos significativos e contextualizados que incentivam processos criativos, informativos e formativos, sobretudo porque “[...] essa ruptura nas hierarquias de poder em relação ao acesso e processamento das informações é característica da internet e atinge diretamente as maneiras formais de treinamento e aquisição de conhecimentos” (KENSKI, 2008, p.73).

De acordo com Lévy (1999, p. 243), “é certo que nenhuma autoridade central garante o valor das informações disponíveis no conjunto das redes”, contudo se trata de conteúdos que “são produzidos e mantidos por pessoas e instituições que assinam suas contribuições e defendem sua validade frente à comunidade dos internautas”, e é por essa razão que os espectadores se aproximam, se identificam e se engajam com o que é produzido, o que serve como uma devolutiva para os administradores sobre o que é relevante dentro das temáticas abordadas. Apesar de não ser viável construir uma avaliação formal das aprendizagens nesses ambientes, os perfis selecionados nesta pesquisa organizam-se como espaços de reivindicações e construção de identidades feministas e narrativas político-pedagógicas a partir das experimentações nas mídias. Estabelecido o diálogo com o público, pluralizam-se as vivências



de diversas mulheres que aderem e encaram as mídias sociais para além do entretenimento, utilizando-a como ambiente colaborativo de ações educativas.

A organização das plataformas como o Instagram e o portal da Universidade Livre Feminista colabora para uma dinâmica de aprendizado constante. A possibilidade de os posts e materiais ficarem salvos e serem consultados a qualquer momento facilita o acesso aos conteúdos, assim como as indicações de livros, autoras e intelectuais, filmes, séries, webnários e diferentes debates ampliam os recursos formativos e a “[...] hipertextualidade - funcionando como sequências de textos articulados e interligados, entre si e com as mídias, sons, fotos, vídeos etc. – facilita a propagação de atitudes de cooperação entre os participantes, para fins de aprendizagem” (KENSKI, 2008, p.107). Para mais, alguns perfis oferecem lives e minicursos gratuitos ou com valores simbólicos sobre temáticas do universo feminista, o que potencializa suas lutas dentro e fora da internet e propicia uma educação transformadora, ainda que não se trate de um espaço formal de aprendizado.

Sabemos que a educação extrapola o chão da escola e se estende ao longo da vida em distintos espaços e, diante disso, a internet e as mídias digitais como forma de democratizar conhecimentos e saberes tornam-se aliadas em potencial para expandir as experiências educativas, atingindo também os modos de pensar e enxergar a educação formal. Na racionalidade contemporânea, é quase indissociável e inevitável a relação homem-máquina, o que atravessa a realidade educacional e “trata-se, portanto, de incluir na formação do educador reflexões a respeito do atual [...], entender a nova maquinaria digital como parte de um processo mais amplo, parte de um jogo político do qual nem ele, nem o educando, nem as instituições estão livres” (SANZ, 2018, p. 83). É nesse sentido que foram concentrados os esforços para a realização deste trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

- BOYD, Danah. Social Network Sites as networked publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Z. (Ed.). *A Networked Self: Identity, Community and Culture on Social Network Sites*. London: Routledge, 2011.
- CAMPANELLA, Bruno; MARTINELLI, Fernanda. *Antropologia da Mídia: novas possibilidades de campo*. Belém, 2010.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 22, p. 965-986, 2014.

CESARINO, Letícia. Antropologia digital não é etnografia. *Civitas* (Porto Alegre), v. 21, p. 304-315, 2021.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia-MG, v.20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras / tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 1 ed. São Paulo: Ed. 34, 1999. Tradução de Carlos Irineu da Costa.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2008.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

MASSA, Roberta Franco. O papel histórico do feminismo no reconhecimento dos direitos das mulheres. *Int. Públ. – IP*, Belo Horizonte, ano 21, n. 118, p. 59-79, nov./dez. 2019.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, dez. 2017.

MUNHOZ, Angélica Vier; MIORANDO, Tania; SCHUCK, Rogério José. Pesquisa, tecnologias e produção do conhecimento no ensino superior. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 2, p. 1-17, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade E Cultura*, v. 11, n. 12, p. 263-274, jul./dez. 2008.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. *Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações do termo em pesquisas qualitativas na internet*. São Paulo, 2013.

SANZ, Cláudia Linhares, SOUZA, Lídice e FERREIRA, Tiago. Educação e Tecnologias da imagem: novas partilhas do olhar. In: SANTOS, Gilberto; VERSUTI, Andrea. *Educação, Tecnologia e Comunicação*. Brasília: Viva Editora: 2018: 80-105.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris – RTJ*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

SOUZA, Vanessa Cristine Zaccharias de. Chega de Fiu Fiu: o papel do ciberfeminismo na construção do feminismo na era da Web 2.0. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015.